



**PREFEITURA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili,  
na audiência pública Muito Além da Maioridade Penal**

(15/05/13, às 9h, na Assembleia Legislativa de SP)

Bom dia a todas e a todos,

É uma grande satisfação estar presente nesta importante audiência pública, iniciativa da companheira deputada Beth Sahão. As presenças na mesa indicam força do evento, com fortes e qualificadas representações da área dos direitos das crianças e adolescentes. Em meu nome e em nome do prefeito Fernando Haddad, agradeço o convite e saúdo os participantes do evento.

O nome da audiência pública é muito oportuno. “Muito Além da Maioridade Penal” é justamente a linha que devemos seguir. Precisamos superar alguns debates truncados e repetitivos, que não nos deixam olhar adiante e efetivamente avançarmos na garantia de direitos humanos.

Evidente que não digo que não devemos debater, pois o diálogo franco e aberto é sempre o melhor caminho. O tema da redução da maioridade penal ressurgiu com força de tempos e tempos, e não podemos deixar de argumentar. Mas também não podemos deixar de construir a nossa agenda para além dessa questão, que na verdade é um falso dilema.

Quem propõe a redução da maioridade penal quer jogar para o adolescente a responsabilidade pela incompetência do Estado, de não ter cumprido a lei e de não ter implementado políticas públicas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Precisamos, de uma vez por todas, assumir as nossas responsabilidades e cumprir o que assumimos. Nós, do poder público, temos que buscar as soluções com garantia de direitos, e não responsabilizar os adolescentes por nossas omissões históricas!

Como já tive a oportunidade de dizer em outras situações, o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes precisa ser implementado. Podemos sempre evoluir, é verdade, mas conhecemos o caminho das pedras, sabemos da nossa obrigação de garantir vida digna às crianças e adolescentes, com prioridade absoluta, com acesso à saúde, educação, convivência familiar saudável. E é isso que vai fazer com que a juventude possa construir seus próprios caminhos, tenha oportunidades longe do ambiente de violência.

Além das políticas públicas que conhecemos, entendo que também já temos leis suficientes para lidar com a questão da violência entre os adolescentes. O desafio é aplicá-las adequadamente.

Dito tudo isso, parece até incoerente argumentar porque não devemos reduzir a maioria penal. Mas é sempre importante trazer à luz os argumentos desse debate, pois a redução da maioria não nos levará a nada. Não diminuiremos a violência e nem criaremos as oportunidades de vida para os adolescentes que cometem atos infracionais.

Tampouco podemos dizer que é a redução da maioria penal que possibilitará a punição do adolescente. Ele já é punido, e nos termos do ECA, pode até ser internado. Em alguns casos sua pena é até mais dura do que de um adulto, considerando os benefícios de progressão do Código Penal.

Também não podemos desconsiderar os aspectos práticos de uma eventual redução da idade penal. As cadeias estão absolutamente saturadas, não cumprem função nenhuma e – infelizmente – carimbam aquelas pessoas para sua vida futura. A experiência aproximada do crime na prisão, somada ao estigma do egresso, dificultam para sempre a reinserção social. Além disso, nesses estabelecimentos penais, a taxa de reincidência do preso chega a 70%. Nos estabelecimentos para adolescentes, ainda que distantes do modelo adequado, essas taxas giram em torno de 16%.

Quero dizer, se mandarmos os adolescentes para as cadeias estaremos apenas reforçando uma situação de exclusão, retirando dessas pessoas – que estão em processo de desenvolvimento – a oportunidade de rever suas escolhas e construir suas vidas por outras estradas. Ou seja, mandar todo mundo para a cadeia é apenas higiene social, e bastante rasa.

Não podemos nos esquecer, neste contexto, que a grande maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes são os furtos, sem violência. Depois temos roubo, tráfico, e lá no final (com dados que variam de 0,6 a 8%, dependendo da referência), temos os crimes contra a vida. Não podemos, portanto, generalizar o problema da violência e responsabilizar o adolescente.

Isso não nos isenta de buscar soluções, alternativas, garantir direitos, implementar leis e políticas públicas. É necessário responsabilizar de forma mais veemente o adulto que se aproveita do adolescente para cometer crime. Temos que investir em iniciativas que já mostraram resultados importantes, como o Núcleo de Atendimento Integrado, o NAI, que fortalece o vínculo familiar no momento de cumprimento da pena.

A pauta dos direitos humanos sempre sofre com ameaças de retrocessos, que não podem ser admitidos em nenhuma hipótese. Não podemos nos perder, e vamos sempre perseguir o ideal do mundo queremos para as nossas crianças e adolescentes. Buscamos um mundo de garantia de direitos, em que todos tenham acesso à saúde, educação, à vida digna, perto da sua família, e não um mundo que gira em torno da prisão e da marginalização.

Precisamos, acima de tudo, garantir os direitos dessas crianças e adolescentes, para que eles possam ser crianças e adolescentes hoje, possam viver suas vidas como merecem e construir seus futuros com dignidade!

Obrigado.